



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28-09-2016

Presidente

Lucindo dos Anjos de Fontes Couto

Deputados

José Honorato Sousa Medeiros

António José de Braga Sousa

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Francisco Resendes da Câmara Melo

Eduíno Manuel de Simas Couto

Rui António Dias da Câmara de Carvalho e Melo

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Maria Rita Cabral Rodrigues

Edgardo Costa Madeira

Erasmó Carlos Esteves de Melo Moniz

Carlos Manuel de Arruda Dias Soares

Paulo Alexandre Pacheco Duarte

João Carlos Barbosa Leite

Andreia Margarida Vicente Junco

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Pedro Henrique Soares Correia

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Emanuel Frias Santos

António José Santos Ponte

Emanuel de Sousa Medeiros

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Rui Nelson Furtado Amaral

Arménio Maurino Correia Jardim

Secretários

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28-09-2016

ÍNDICE

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - PROC. Nº 204/2016 - Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Degradada - Proposta

PONTO DOIS - PROC. Nº 985/2016 - Orçamento Participativo Jovem - OPJ

PONTO TRÊS - PROC. Nº 4767 - EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM

PONTO QUATRO - PROC. Nº 1819/2016 - Programa de Ajustamento Municipal (PAM)

PONTO CINCO - PROC. Nº 1775/2016 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Fixação das Taxas para o Ano de 2017

PONTO SEIS - PROC. Nº 1817/2016 - Alteração à Proposta da 4ª Revisão Orçamental

PONTO SETE - PROC. Nº 1820/2016 - Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos

PONTO OITO- PROC. Nº 1816/2016 - Certificação Legal de Contas - Informação - 1º Semestre de 2016

PONTO NOVE - PROC. Nº 1440/2016 - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2016 - 2º Trimestre



ATA DA SESSÃO DO DIA 28-09-2016

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, nessa Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal sob a presidência de Lucindo dos Anjos de Fontes Couto, secretariado por Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e por Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte, respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia. --

-

O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão eram 20h00. -----

De seguida, o Presidente da Mesa, deu conhecimento à Assembleia da renúncia de mandato, apresentada por escrito, da senhora Agostinha Maria Moreira Gomes, eleita pelo NR – NOVO RUMO. -----

Assim e nos termos do disposto no número 3, do artigo 60º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, o Presidente da Assembleia Municipal, instalou, como membro da mesma, Eduíno Manuel de Simas Couto, residente na Rua da Lombinha nº 7 freguesia de Água d'Alto, concelho de Vila Franca do Campo, com o cartão de cidadão número, 00181116 9ZY6, inscrito na comissão de recenseamento da freguesia de Água d'Alto, com o número de eleitor 614, eleito pela lista do NR – NOVO RUMO. -----

Foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão autárquico verificando-se a falta de comparência, justificada e com pedido de substituição do membro da Assembleia do Grupo eleito pelo PPD/PSD, Cláudia de Jesus Lima Cabral que se fez substituir por Francisco Resendes da Câmara Melo. -----

-

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente, Carlos Manuel de Melo Pimentel e os Vereadores, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Arnaldo Branco Raposo de Amaral, Gonçalo Patrício Fontes Dias, Mário Rui Braga e Sabrina Marília Coutinho Furtado. ----

-

Foi submetida a apreciação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 15 de junho de 2016, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Flávio Pacheco, pediu a palavra para apresentar o projeto – *Roteiro das Olarias*. Uma parceria entre a Junta de Freguesia de São Pedro e a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, com o intuito não só de valorizar, mostrar e preservar como também desenvolver a perspetiva educacional, cultural/tradicional e turística. -----



O membro da Assembleia eleito pelo PPD/PSD, Rui Melo, pediu a palavra não só para felicitar, o senhor Eduíno Simas, referindo que no início da década de 80, no século passado, já tinham os dois sido membros da Assembleia Municipal. Também congratulou-se pela proposta apresentada e questionou sobre o prazo e o preço do projeto das Olarias da Freguesia de São Pedro. -----

O Presidente da Câmara Municipal, solicitando o uso da palavra, felicitou também a presença do novo membro na Assembleia Municipal e, de seguida, respondeu ao membro da Assembleia, Rui Melo, referindo que a obra do projeto das Olarias de São Pedro seria candidata a fundos comunitários e ter-se – ia que aguardar a aprovação e respetivo cabimento orçamental. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Rui Amaral, pediu a palavra para apresentar o voto de congratulação abaixo transcrito. -----

“Voto de congratulação”

A Filarmónica Lira do Sul de Ponta Garça completou, no passado dia 4 de julho, a profeta idade de 120 anos.

Decorria no ano de 1896, quando Francisco Bento Sampaio, Mariano José Medeiros e João de Arruda, fundaram a primeira banda de música da freguesia de Ponta Garça.

Como Todas as filarmónicas de longa vida, muitas vezes, passam por ciclos de dificuldades, para manter a sua atividade na sua plenitude.

São Mais de 100 anos, a formar músicos, a dar concertos e acompanhar procissões religiosas e outros eventos.

Sem margens para nenhuma dúvida, que os últimos vinte anos foram, os de maior sucesso.

Sucesso, por ter nestas últimas duas décadas, um distinto Pontagarcense, que se dedicou e dedica-se ainda, de alma e coração, ao dirigismo da Filarmónica, o Senhor Presidente da Direção, António da Silva Pacheco, popularmente conhecido na freguesia, pelo Sr. António da Moagem, que nunca resgatou disponibilidade, para estar ao serviço da sua Lira do Sul, mesmo com prejuízo da sua vida profissional e da sua família, sendo justíssima, a homenagem que lhe foi prestada.

Foi, sobre a sua direção, que a Filarmónica Lira do Sul conseguiu uma sede social própria, que contou com apoio do Governo Regional dos Açores, presidido por Carlos César, da Câmara Municipal, presidida por Rui Melo e ainda com apoio da Junta de Freguesia, presidida por José Eduardo Costa, também dirigente da referida banda, até aos nossos dias.

A sua sede social, foi inaugurada em 16 de Setembro de 2001.

No Âmbito Cultural é a mais antiga e prestigiada instituição cultural da freguesia de Ponta Garça, onde durante mais de um século passaram dezenas e dezenas de Pontagarcenses na prática de “tocar música”.

É sempre um orgulho, ver desfilar a banda, onde participam famílias inteiras, desde o mais velho ao mais novo.



A Cultura de Ponta Garça não era a mesma coisa, sem a Filarmónica Lira do Sul, o sucesso das nossas festas religiosas e populares, como o S. João, brilham com a sua atuação.

O Grupo Parlamentar Municipal do PSD saúda o Presidente da Direção, restantes Diretores, Músicos, Colaboradores e suas famílias na passagem dos seus 120 anos da Filarmónica Lira do Sul.

Vila Franca do Campo 28 de Setembro de 2016

Os Deputados Municipais do PSD”

O voto apresentado foi aprovado por unanimidade. -----

-

O membro da Assembleia eleito pelo PPD/PSD, Paulo Duarte, pediu a palavra para apresentar duas recomendações. A primeira prendeu-se com a falta de passadeira para peões, na travessa de ligação entre as ruas, Almirante Gago Coutinho e Teófilo de Braga, em frente ao Santander Totta. -----

A segunda com a falta de segurança e limpeza da zona circunscrita ao *Poço Largo* e frisou os constrangimentos que tal situação provocava, uma vez que por ali passavam muitos turistas. Deu a conhecer o assalto que tinha sido feito a duas viaturas pertencentes a turistas, num intervalo de oito dias, enquanto esses observavam o Ilhéu. Informou que o ato de vandalismo havia provocado vidros partidos numa viatura e roubo de uma mala e na outra havia-se verificado o roubo de um portátil. Relativamente à falta de limpeza informou que essa estendia-se desde as escadas até à orla marítima sendo essa uma péssima imagem para quem nos visitava. -----

-

O Presidente da Câmara registou as duas recomendações, lamentou e reconheceu que os factos apresentados eram pertinentes e que seria necessário alterá-los. -----

-

O Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, manifestou também a sua preocupação em relação aos atos de vandalismo provocados ao *Centro Comunitário da Ribeira Seca*. Relatou que essa situação se arrastava desde 2009, mas que se havia intensificado de agosto até à data. Informou que os prejuízos rondavam os 7.500,00 euros. Informou também que havia um grupo referenciado pela PSP só que, sem provas, não se conseguia fazer nada. Lamentou tais posturas uma vez que ali havia sido investido muito dinheiro a pensar no bem-estar da população. Relativamente à construção do Parque de Estacionamento na Ribeira Seca, referiu que a construção seria feita em 2 partes. A primeira fase estava em execução e realçou que nada disso seria possível sem a colaboração da Câmara Municipal que para além de ter entrado com o dinheiro para a aquisição da casa também havia entrado com o apoio da mão-de-obra. Salientou que era uma parceria que sem a qual não seria possível concretizar tal projeto. Frisou que a posição e o cargo que ocupava na Assembleia era consequência do cargo que exercia na



Junta de Freguesia, por tal, não tinha sido um cargo político eleito. Desse modo, colocava sempre o interesse da freguesia e não o interesse do partido, PPD/PSD, em primeiro lugar. O partido dele era a Junta da Freguesia da Ribeira Seca. Em segundo lugar, estaria o interesse do município vila-franquense. Assim, justificava o facto muito de as votações irem ao encontro das do grupo partidário PS.-----

O Presidente da Câmara, solicitando o uso da palavra, referiu que os atos de vandalismo referidos na sessão da Assembleia e que em outros locais do concelho se fizeram sentir, nomeadamente na freguesia de Ponta Garça e mais concretamente no Campo de Jogos, onde foram vandalizadas as balizas; na Marina de Vila Franca do Campo, onde danificaram os autoclismos do WC; na freguesia da Ribeira Seca, onde o Centro Comunitário havia sido arranjado várias vezes, tinha sido de novo vandalizado. Acrescentou que se desconhecia-se o fundamento para tais atos, todavia, urgia tomar uma medida e essa passava necessariamente por apresentar queixa à PSP. Lamentou os atos de mau gosto, de leviandade e de crime de tais pessoas. -----

Quanto à parceria entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Ribeira Seca, referiu que também havia sido feita com as freguesias da Ribeira Tainhas, São Miguel, São Pedro e Ponta Garça. Não havia orientação política, mas sim vontade da Câmara trabalhar em conjunto com todas as freguesias e que a colaboração que mantinha com as Juntas de freguesia seria sempre igual independentemente da boa ou má disposição pessoal, entre Presidente de Câmara e Presidentes de Juntas, agindo sempre em conformidade, com justiça e equidade entre todas. -----

-

O Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Rui Amaral, pediu a palavra para solicitar à Câmara que junto da PSP se fizesse esforços no sentido de haver mais policiamento no Campo de Futebol de Ponta Garça protegendo, desse modo, quer os equipamentos quer os lavabos. De igual modo, fez saber que havia assinado protocolo com a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, relativo à Casa Mortuária de Ponta Garça, tendo expressado com agrado o seu voto de felicitação. Quanto à solicitação que havia feito para a criação de passadeiras em Ponta Garça, disse que não havia obtido ainda resposta da Comissão de Trânsito. -----

Interveio novamente o membro da Assembleia, Paulo Duarte, para acrescentar que se devia denunciar os atos de vandalismo bem como penaliza-los e, caso fosse necessário, colocar câmaras no exterior desses locais, a fim de se averiguar os culpados. -----

O membro Independente, Edgardo Madeira, pediu a palavra para apresentar à Assembleia duas sugestões. A primeira prendia-se com a colocação de mais recipientes para o lixo no conselho e deu como exemplo o parque de estacionamento do Largo do Pelourinho, onde se fazia sentir a necessidade de colocar mais contentores uma vez que os existentes não eram suficientes. A segunda prendia-se com a colocação de algumas referências históricas em Vila Franca do Campo, uma vez que essas fazem parte da nossa identidade. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferida, respondeu que a curto prazo iriam convocar nova *Comissão de Trânsito* e que acrescentou que as alterações de trânsito previstas implicariam gastos financeiros e esses não estavam inseridas no



orçamento, apesar de ser um investimento público considerável. Relativamente aos contentores, disse existir regras que não são da Vila Franca do Campo. Referiu que existiam dias de recolha de lixo referenciado (vidros/plástico/papel/verdes) e que não se justificava colocar mais contentores no concelho, uma vez que essas recolhas eram feitas à porta. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto, Emanuel Santos, pediu a palavra para manifestar a sua solidariedade para com os presidentes de juntas das outras freguesias. Referiu que também se tinha verificado na freguesia de Água d'Alto atos de vandalismo nomeadamente nos apeadeiros que foram destruídos por pedras enormes e manifestou a sua preocupação perante tais atos. Seguidamente agradeceu a parceria existente com a Câmara Municipal e a Junta na medida em que essa permitia recuperar algumas habitações degradadas em Água D'Alto. Agradeceu ao Presidente da Câmara e ao vereador Carlos Pimentel pela disponibilidade. -----

O Membro da Assembleia, Rui Melo, pediu a palavra para, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, na qualidade de munícipe da Ribeira Seca, pelo que esse havia feito pela sua freguesia e questionou quantos lugares teria o parque de estacionamento daquela freguesia. De seguida teceu algumas recomendações/sugestões concretamente no que respeita ao alargamento de policiamento municipal em todos os concelhos, bem como, sugeriu penalizar-se os infratores de acordo com o Regulamento Municipal. De igual modo, teceu algumas considerações sobre a importância da sinalética no concelho, por ser fundamental e essencial a quem nos visita. Sugeriu também que no Molhe da Marina e no do Porto de Pescas poder-se-ia criar, nos dois lados, uns degraus para os turistas poderem tirar fotos, acima da muralha de proteção e ainda na possibilidade da existência da nova via de ligação entre a Marina e o Cais do Tagarete que dessem o nome de *Avenida do Tagarete, considerando o nome histórico do lugar*. Referiu ainda que no acesso ao ilhéu que se pensasse na possibilidade de irem mais pessoas para além das 400/dia; No Poço Largo, no acesso ao terreno da câmara, fazer uns degraus para facilitar o acesso; Apelou à construção de mais parques de estacionamento; à criação de novos eventos municipais, culturais frisando que no passado tinham havido acontecimentos como a Exposição Canina; o *Infocus*; o Festival Serrote d'Ouro, Feira de Atividades Económicas e o Festival do Marisco, eventos que tinham atraído muitas pessoas a Vila Franca do Campo. A essa explanação acrescentou a importância da criação de mais Parques Infantis e de Trilhos Pedestres, os quais ocupam, nos tempos atuais, uma dimensão muito importante. Arrematou referindo que Vila Franca do Campo era um dos centros históricos mais ricos de Portugal e a sala de visitas da ilha de São Miguel. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferido, sugeriu à mesa a compilação das várias intervenções dos Presidentes de Juntas, a fim de chegar ao conhecimento da PSP. Em resposta ao Membro da Assembleia, Rui Melo, sobre a ocupação do parque de estacionamento da freguesia da Ribeira Seca, referiu ter uma ocupação de entre 12 e 15 lugares de estacionamento. Quanto à hipótese de alteração ao trânsito no concelho, disse que nesse mandado não iria fazê-lo. Relativamente ao nome da "Avenida do Tagarete" referiu que se o mesmo for sugerido poder -se -ia entrar em conversações como Governo Regional. Quanto ao acesso ao ilhéu, disse que se essa proposta fosse há uns meses concordava com a ida de mais pessoas para além das 400/dia,



mas a realidade não era que se pensava. Situações particulares estão em causa, as quais têm que ser levadas em consideração. Deu como exemplo os sanitários que não comportavam número elevado de utilizadores, o material e a própria textura do ilhéu, que se desgastavam. Não era só questão de boa ou má vontade as solicitações eram pressões exercidas sobre todo um ecossistema e essas eram maiores no mês de agosto. -----

O membro da Assembleia Municipal Rita Rodrigues, eleita pelo Partido Socialista, expressou o seu voto de congratulação, como pontagarcense, pela obra do parque de estacionamento Professor João Quental, afirmando estar o Parque de estacionamento lindíssimo. -----

O membro Rui Melo interveio para acrescentar que aquela obra tinha vindo valorizar o espaço, sendo um grande contributo para a freguesia e concelho. Também congratulava-se pela obra feita. -----

O Presidente da Câmara, em pleno uso da palavra, fez saber que, a curto prazo, concluir-se-iam as obras do miradouro do parque de estacionamento de Ponta Garça até ao Farol. A garagem que existira ali havia sido retirada. Brevemente seria possível visitar o farol por aquele acesso. Acrescentou que aquele espaço à noite ficava muito engraçado, por ter uma iluminação que lhe favorecia. -----

Posto à votação, o Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade. -----

O membro da Assembleia, Eduíno Simas, pediu a palavra para sugerir que na freguesia de Água d'Alto, na zona do *Degredo*, atualmente designada *Rua Professora Laura Araújo Pimentel*, fosse colocada um símbolo/placa memorial em honra das pessoas que por ali passaram, os leprosos, que depois de diagnosticados com a doença eram degradados para aquele sítio. Isolando-se da população evitando, desse modo, a disseminação da doença, a Lepra. Essa placa seria proposta para mais um ponto turístico para Vila Franca do Campo e seria um esclarecimento para quem eventualmente perguntasse porque se chamava àquele lugar *Degredo*. -----

O Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra e perante o exposto referiu que seria uma ideia a ter em conta. Informou a Assembleia da intenção da Câmara Municipal em demolir a casa existente na rua da Igreja (casa de cor amarela), freguesia de Água d'Alto, pertença da autarquia, a fim de se poder criar um parque de estacionamento. Seria uma medida a tomar após o realojamento da família que ali morava. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM – PROC. N.º 20472016 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À HABITAÇÃO DEGRADADA – PROPOSTA

Foi presente à reunião a proposta do regulamento Municipal de Apoio à Habitação degradada. -----



O Presidente da Câmara Municipal explicou o que estava previsto no regulamento e acrescentou que em outubro seriam desencadeados mecanismos para apoiar quem dele viesse a necessitar. -----

O membro da Assembleia, Rui Melo, pediu a palavra para expressar a sua opinião relativamente a dois artigos do regulamento. Assim sendo e relativamente ao artigo 7º, ponto nº 2.2 em que está referenciado que a venda da habitação só poderia ocorrer após 5 anos subseqüentes à sua recuperação, opinou que, se estivesse assente que a câmara se pronunciará sobre a venda, concordaria, mas em relação aos "... 5 anos ..." disse que deveria ser revisto. Ainda sobre o mesmo regulamento e sobre o artigo 9º, ponto nº 2, sugeriu o seguinte aditamento: "*o deferimento dispensa o licenciamento da obra*". -----

Solicitando o uso da palavra, o Presidente da Câmara respondeu que iria rever o ponto que se refere aos "5 anos". Quanto ao outro ponto disse que as pequenas obras não careciam de licenciamento, apenas de comunicação. -----

O presente regulamento foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO DOIS – PROC. Nº 985/2016 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM – OPJ.

Foi presente à sessão a proposta do *Regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Vila Franca do Campo*. -----

Relativamente a este assunto o Presidente da Câmara referiu que era intenção da autarquia criar um orçamento participativo jovem com o intuito de ajudar os jovens na criação de ideias e projetos jovens levando-os, desse modo, a participar na vida da comunidade e desenvolver deveres cívicos. -----

O membro da Assembleia, Rui Melo, considerou boa a proposta apresentada. Seguidamente questionou a indicação de participação dos jovens dos 12 aos 30 anos. Referiu não entender o início aos 12 anos de idade e apontou que se deveria levar em conta a opinião do Conselho da Juventude. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferido, disse que também gostaria que estivesse ativo o Conselho Municipal da Juventude. -----

O membro da Assembleia, Hélder Medeiros, solicitando o uso da palavra, referiu que era importante aproximar os jovens desses projetos para que esses pudessem manifestar a sua opinião. Por último, referiu que a idade de participação dos jovens deveria ser a partir dos 14 anos e não dos 12 anos. -----

Não havendo mais intervenções, o Orçamento Participativo Jovem foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----



PONTO TRÊS – PROC. Nº 4767 – EIRSU – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL, EIM

Foram presentes à sessão as propostas de contrato de gestão delegada e contrato programa a celebrar com a EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM. -----

O Presidente da Câmara explicou que o contrato de gestão delegada era para validar aquilo que tinha sido feito no passado. Tinha que ser aprovado para que a EIRSU pudesse recolher o lixo nos municípios micalenses. -----

O membro da Assembleia, Rui Melo, solicitando a palavra, referiu que o contrato apresentado era de 2010 e ainda disse que havia reparado que o Concelho da Ribeira Grande pagava menos que o de Vila Franca do Campo. -----

Relativamente a essa intervenção o Presidente da Câmara respondeu que esses contratos remontavam a 2009/2010, uma vez que não haviam sido realizados contratos naquela altura. O apresentado serviria para validar o que fora feito em 2009/2010. Dever-se-ia ter realizado esse contrato de gestão delegada. -----

Voltando a solicitar a palavra o Membro da Assembleia, Rui Melo, questionou qual teria sido a razão de se referir a 2010 quando os valores apresentados eram os de 2015. Assim sendo, propunha a realização de um contrato a partir daquele momento, não se retificando o acontecido no passado. -----

O Presidente da Câmara, em pleno uso da palavra, explicou que os contratos seriam enviados ao Tribunal de Contas para verificação de conformidade. Só depois, se tornariam efetivos. -----

Posto o assunto à votação foi aprovado por maioria. Votaram a favor os membros do PS, o Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça e o membro eleito pelo PSD, Sêfora da Costa Correia. Abstiveram-se os membros do PSD, o membro independente da Assembleia Municipal, Edgardo Madeira e o Presidente da Junta de freguesia da Ribeira Seca.-----

PONTO QUATRO – PROC. Nº 1819/2016 – PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL (PAM)

Foi presente à sessão a proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM). -----

O presidente da Câmara disse que incluía o PAM com a finalidade de pagar o Santander Totta. -----

-



O membro da Assembleia, Rui Melo, referiu que a operação a ser feita revelava que o peso da dívida no orçamento era de 16%. Era visível que a autarquia só tinha excesso de dívida devido ao pavilhão multiuso. Acrescentou ainda que haviam fornecedores ali contemplados que não foram pagos, porque não forneceram os serviços contratualizados como a da AUNICA TEMÁTICA, LDA. Por último, acrescentou que se as despesas da Câmara haviam baixado isso era significativo. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe fora concedido, referiu que devido à má gestão realizada pelo então autarca Rui Melo o futuro da autarquia era preocupante. Referiu ainda que com empréstimos não se podia pagar dívidas. Salientou que as dívidas das empresas municipais ainda não tinham sido pagas porque ainda não havia sido feito acordo com a CGD. Explicou que tinha conseguido descer a dívida, mas essas tinham que ser pagas e que no próximo ano esse pagamento começaria a ser efetuado. Para além dos 30 milhões havia ainda 16 milhões. Relatou que foi sorte dos juros serem a 1% porque corria-se o risco de ser a 5 ou a 7%. Arrematou referindo que havia uma Câmara sobejamente endividada e um município com 11 mil habitantes o que não justificava o montante da dívida. Referiu que a despesa corrente da câmara estava controlada e que havia feito um grande esforço para deixar a Câmara equilibrada e encaminhada para quem viesse a seguir. Frisou que o PAM vinha nesse sentido, de regularizar as dívidas e gerar alguma poupança num futuro que não se avizinhava risonho. Considerava o investimento público importante, mas como tudo havia limites e o então autarca Rui Melo havia ultrapassado todos os limites. -----

O membro Rui Melo interveio para dizer que assumia que a dívida da câmara era significativa e que os gastos maiores haviam sido em património. Acrescentou que só em terrenos estava investido mais de 8 milhões e referiu que Vila Franca já não vivia sem o pavilhão multiuso. Frisou ser uma situação difícil, mas controlada. Por último, disse que a bancada do PSD se iria abster. -----

Posta à votação, foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, Novo Rumo e Presidente da Junta de freguesia da Ribeira Seca. Abstiveram os membros do PSD e o membro independente Edgardo Madeira. -----

Os membros da Assembleia do PSD apresentaram a declaração de voto abaixo transcrita.

“Declaração de Voto

PAM – Plano de Ajustamento Municipal

Os Deputados Municipais do PSD, abstiveram-se, porque a abstenção marca uma atitude de oposição construtiva e responsável.

Registamos com satisfação, que o documento agora votado, é iminente técnico, como deve ser, por ser elaborado por técnicos, ao contrário do que aconteceu com o Plano de Saneamento Financeiro, que continha uma avaliação política, que não cabe aos técnicos fazerem.



Acréscce que o PAM demonstra que o mesmo só tem razão de ser, porque a ineficácia da maioria socialista no anterior mandato, não foi capaz de utilizar os restantes 4.608.181,36 €, que estavam aprovados, em sede da operação de saneamento financeiro.

Neste documento técnico, está demonstrado que o peso no orçamento da dívida total do município são 16% (Pag.27). No tempo do PSD, o peso da dívida era acima dos 60% e havia obra, porque existia criatividade e dinamismo dos autarcas.

Também a nossa abstenção, tem razão de ser, porque as despesas correntes, continuam a crescer, com exceção do ano de 2014.

Destaca-se como positivo a transferência de um empréstimo a taxas mais altas para Fundo Apoio Municipal, que beneficia o município em cerca de 50% nos custos do serviço desta dívida.

Por último, o nosso voto de abstenção e não contra, é porque o PAM – Plano de Ajustamento Financeiro, demonstra aquilo que sempre afirmamos, que o endividamento da autarquia, sendo significativo não foi, nem é, razão para se fazer tão pouco, arrasando o discurso político do endividamento, que tem servido para justificar baixa realização material.”

PONTO CINCO – PROC. Nº 1775/2016 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – FIXAÇÃO DAS TAXAS PARA O ANO DE 2017 –

Foi presente à sessão a fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2017, nos termos abaixo referenciados. -----

Prédios rústicos – 0,8%. -----

Prédios urbanos -0,45% -----

Solicitando o uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que o valor máximo do IMI no orçamento de estado do ano 2016 tinha sido 0,45 %. Todavia, a lei permitira que as Câmaras endividadas pudessem aplicar a taxa de 0,5% e esse tinha sido o valor aplicado. Para o ano 2017, previa-se uma redução do IMI. Esse ficaria na taxa de 0,45€ porque reequilíbrio financeiro permitira que assim fosse. Alertou, no entanto, que essa medida entraria em vigor em 2017 e que só teria aplicabilidade em 2018. Salientou que a lei permitira baixar o IMI, mas como o município estava muito endividado não se poderia baixar mais do que o valor apresentado. -----

Solicitando o uso da palavra a vereadora do PSD, Sabrina Furtado, manifestou satisfação com a redução do IMI e por essa medida poder aliviar os encargos das famílias Vila-Franquenses. Justificou a sua abstenção na reunião de Câmara por considerar não ser suficiente aquela proposta de redução do IMI. -----

O Presidente da Camara em resposta é intervenção supramencionada referiu que cada um assumia as responsabilidades que lhes competia. Frisou que baixar um imposto era uma mais-valia para os munícipes. -----



O membro da Assembleia, Hélder Medeiros, pediu a palavra para referir que a coerência entre aquilo que se fazia e que se dizia ditava a diferença. Explicou que em assembleias anteriores votara contra o reequilíbrio financeiro e contra os efeitos que essa decisão acarretara. Todavia, atendendo que tinha havido uma alteração legislativa que permitia baixar um imposto, nesse caso o IMI, a decisão seria, sem mais delongas, votar favoravelmente. -----

O membro da Assembleia, Rui Melo, solicitando o uso da palavra manifestou o seu contentamento em relação à redução do IMI e deixou um alerta que se traduziu na informação da existência de um *link* no Portal das Finanças que permitia aos cidadãos verificarem se para eles o IMI poderia descer ou não. Acrescentou que o IMI não aumentaria para os cidadãos a não ser que esses solicitassem às finanças uma avaliação.

Posto à votação foi aprovado por unanimidade. -----

Os membros da Assembleia do PSD apresentaram a Declaração de Voto, que abaixo se transcreve. -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO IMI/2017

Os Deputados Municipais do PSD, na sequência das posições assumidas nos anos anteriores, durante a discussão anual da fixação da taxa de IMI, votaram favoravelmente, a diminuição do IMI, pelas seguintes razões:

O PSD sempre defendeu e continua a defender, que a taxa do IMI em Vila Franca do Campo, está muito alta e mesmo com esta baixa, continua ainda a ser alta.

Está demonstrado pela não utilização dos restantes fluxos financeiros do Saneamento Financeiro e hoje, pelo PAM- Plano Ajustamento Financeiro, que a autarquia tem a sua situação financeira normalizada.

É dever da autarquia criar as condições para que os seus munícipes possam viver nas melhores condições sociais e financeiras.

Votamos a favor da baixa do IMI, porque há muito que se impõe colaborar com as famílias Vilafranquenses, diminuindo os impostos municipais para taxas dentro do razoável, solidarizando-se e apoiando as famílias, que têm habitação própria.”

PONTO SEIS – PROC. Nº 1817/2016 – ALTERAÇÃO À PROPOSTA DA 4ª REVISÃO ORÇAMENTAL

Foi presente à sessão a proposta referente à 4ª Revisão Orçamental, tendo o Presidente da Câmara tomado a palavra, para dizer que a proposta apresentada se referia aos projetos de reabilitação urbana, a qual centrava a sua ação na requalificação de dois edifícios nomeadamente do edifício do atual museu e do edifício da antiga Escola da Ribeira Seca,



cujos projetos e obras deveriam ser concluídos até 2017. Relativamente à Escola da Ribeira Seca revelou que essa tornar-se-ia a Nova Escola Profissional. A recuperação seria realizada nesse sentido. Num futuro próximo iria ser aumentado o número de salas e iria ser celebrado um protocolo entre a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, em que essa daria à autarquia 15%, ou seja, à volta de 200 mil euros, ao que se juntaria 300 e pouco mil euros dos Fundos Comunitários. Desse modo, iria-se reabilitar uma escola património e a dignificar uma escola com história. -----

Não havendo mais intervenções passou-se à votação sendo a 4ª. Revisão Orçamental aprovada, por maioria, com os votos a favor do PS e dos Presidente de Juntas de Ponta Garça e Ribeira Seca. Abstiveram-se os membros eleitos pelo PSD e o membro independente da Assembleia, Edgardo Costa Madeira. -----

PONTO SETE – AUTORIZACAO PRÉVIA NO AMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

Foi presente à sessão a proposta de alteração de assunção de compromissos plurianuais detalhados nas Grandes Opções do Plano da Autarquia para o ano de 2016. Posta à votação foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, Novo Rumo e do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca. Abstiveram-se os membros eleitos pelo PSD e o membro independente da Assembleia, Edgardo Madeira. -----

PONTO OITO – CERTIFICACAO LEGAL DE CONTAS – INFORMACÃO – 1º SEMESTRE DE 2016

Foi presente á sessão a informação do Revisor Oficial de Contas, referente ao 1º Semestre de 2016, no âmbito da Certificação legal de contas. A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO NOVE – PROC. N.º 1440/2016 – RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO FINANCEIRO – EXERCICIO DE 2016 – 2º TRIMESTRE –

Foi presente à sessão o Relatório de Acompanhamento do Plano Financeiro do Exercício de 2016, referente ao 2º Trimestre. A Assembleia tomou conhecimento. -----

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

No período aberto à intervenção do público pediu a palavra o munícipe, Silvino Ponte, residente no concelho de Vila Franca do Campo, que questionou o andamento do Campo de Futebol da Mãe de Deus, uma vez tinha tomado conhecimento da informação partilhada na reunião, realizada entre o Clube de Futebol Vasco da Gama e a Associação de Futebol de Ponta Garça, que a câmara tinha reduzido as dimensões do Campo da Mãe de Deus e que, se assim fosse, sugeria que nas áreas laterais do campo não fossem construídas pistas de atletismo porque futuramente poderia o mesmo ser aumentado. Na mesma linha de pensamento, referiu que o outro assunto que o havia levado ali tinha sido



o campo de jogos da freguesia de Ponta Garça. Explicou que o Clube Vasco da Gama deslocava-se frequentemente a Ponta Garça para realizar os treinos e referiu que o mesmo se sentia discriminado em relação àquele campo. Acrescentou que os balneários haviam sido resolvidos, porém, existia outro assunto que urgia clarificar e que se prendia com a existência de uma tribuna que era inacessível ao público. Sugeriu que a tribuna fosse modificada, permitindo a entrada aos pais/ encarregados de educação que acompanhavam os filhos/educandos nos seus treinos e jogos. Arrematou referindo que era urgente tomar essa medida dado que o inverno se aproximava. -----

Solicitando o uso da palavra, o Presidente da Câmara respondeu que o Clube Vasco da Gama tivera oportunidade para se reunir com o autarca para esclarecer todas as questões relacionadas com aqueles assuntos. Referiu que estava livre para esclarecer o que entendessem e, por tal, não respondia às questões colocadas. -----

O membro da Assembleia Hélder Medeiros, solicitando a palavra, esclareceu os presentes que a Associação de Futebol, da qual era o presidente, não tivera conhecimento de referida reunião e, como tal, não se podia pronunciar. -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 24H00, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo. -----

---- **Declaro ainda que a presente ata contém 15 folhas.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Lucindo dos Anjos Fontes Couto

A 1.^a Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel